

CONSELHO NACIONAL

19 DE FEVEREIRO EM BARCELOS



Rui Rio confirmou que irá deixar a liderança do PSD e será o Conselho Nacional, o órgão máximo entre congressos, a marcar a data das próximas eleições diretas



pág. 3

PSD

"TRIBUNAL PROVOU COM OBJETIVIDADE A MINHA PALAVRA HONRADA"

José Silvano, Secretário-geral do PSD, considera que a sua palavra "saiu honrada" com a absolvição no processo judicial movido contra si e contra a deputada Emília Cerqueira



pág. 4

LOCAIS

MUNICÍPIO DE PINHEL AVANÇA COM PROVIDÊNCIA CAUTELAR PARA TRAVAR PROSPEÇÃO DE LÍTIO

A autarquia adiantou, em comunicado, que, por proposta do presidente Rui Ventura, o executivo "deliberou avançar o mais rapidamente possível com uma providência cautelar, de modo a impedir que o processo avance sem que a Câmara seja ouvida"



pág. 11

REGIONAIS

MADEIRA INVESTE SEIS MILHÕES DE EUROS EM SISTEMA DE ALERTA DE RISCOS NATURAIS

O Sistema Integrado de Monitorização e de Alerta de Riscos Naturais, cuja primeira fase já foi implementada, permite avaliar em tempo real os níveis de perigo associados a fogos florestais e à ocorrência de inundações, derrocadas e precipitação prolongada

CONSELHO NACIONAL REÚNE-SE EM 19 DE FEVEREIRO EM BARCELOS



Rui Rio confirmou que irá deixar a liderança do Partido Social Democrata e será o Conselho Nacional, o órgão máximo entre congressos, a marcar a data das próximas diretas e todo o processo eleitoral.

“Acho que o razoável é o partido resolver este assunto no primeiro semestre, até ao início de julho. Se quiserem antecipar ainda mais pode-se antecipar ainda mais”, afirmou Rui Rio, no final de uma reunião da Comissão Política Nacional na quinta-feira, 3 de fevereiro, em Lisboa.

Rui Rio anunciou a marcação de um Conselho Nacional para 19 de fevereiro na cidade de Barcelos. “O Conselho Nacional deverá decidir a data em que quer realizar as próximas diretas, que terão de ser antecipadas e, em minha opinião sem ter de andar a fazer isto à pressa, deverão estar resolvidas no primeiro semestre deste ano, o mais tardar no início de julho”, afirmou.

O próximo Conselho Nacional irá proceder à marcação do calendário eleitoral interno de escolha do novo líder. “Eu não vou interferir em nada daquilo que vão ser as próximas eleições e os candidatos, limito-me a cumprir o meu mandato e com sentido de responsabilidade”, declarou Rui Rio.

No dia 2 de fevereiro, uma delegação do PSD foi recebida pelo Presidente da República, em Belém, no quadro dos contactos do Chefe de Estado com todos os partidos políticos representados na Assembleia da República, na sequência das eleições legislativas de 30 de janeiro de 2022.





JOSÉ SILVANO

“TRIBUNAL PROVOU COM OBJETIVIDADE A MINHA PALAVRA HONRADA”

José Silvano considera que a sua palavra “saiu honrada” com a absolvição no processo judicial movido contra si e contra a deputada Emília Cerqueira.

Em conferência de imprensa, na sede nacional do PSD, na segunda-feira, 7 de fevereiro, o Secretário-geral agradeceu “em especial” a Rui Rio ter mantido a confiança em si nos três anos e meio que durou o caso. “Contra tudo e contra todos, o dr. Rui Rio seguiu o seu Secretário-geral, porque confiava na palavra que seu Secretário-geral lhe transmitia e não naquela que a comunicação social transmitia”, destacou.

“Com outro líder, um líder fraco que ficasse sujeito àquilo que a opinião pública ou a comunicação social dizia, era mais fácil substituir o seu secretário-geral, como tantas vezes foi pressionado, do que continuar a defender o seu secretário-geral até ao fim”, acrescentou.

José Silvano apontou o seu caso como um exemplo do que o Presidente do PSD se refere quando critica os chamados “julgamentos de tabacaria” e disse que, apesar de estar contente com a absolvição, ficou ainda mais feliz por “a sua palavra ter saído honrada” deste julgamento. “Foi uma condenação feita na praça pública durante três anos e meio e, cada vez que havia uma manifestação eleitoral, interna ou externa, voltava o caso das falsas presenças. (...) A juíza provou o que disse: nunca mandei ninguém registar a minha presença e não recebi qualquer tostão pelas presenças, sempre disse desde o início e repito no fim, isto para um transmontano é o que consola mais neste processo”, referiu.

O Secretário-geral do PSD entende que este caso “foi aproveitado durante três anos e meio para prejudicar a imagem do seu Secretário-geral e do PSD”. “Não, com toda a honestidade não repara. Sempre prezei a minha humildade e aguentar com tranquilidade tudo isto magoa e prejudica”, afirmou, sublinhando acumular 40 anos de vida pública, que incluiu a presidência da Câmara de Mirandela, onde sempre se pautou por princípios e pela “verdade”.

Os deputados José Silvano e Emília Cerqueira foram absolvidos de crimes de falsidade informática de que estavam acusados.

MUNICÍPIO DE PINHEL AVANÇA COM PROVIDÊNCIA CAUTELAR PARA TRAVAR PROSPEÇÃO DE LÍTIO



A Câmara Municipal de Pinhel, no distrito da Guarda, vai avançar com uma providência cautelar para travar o procedimento concursal para atribuição de direitos de prospeção e de pesquisa de lítio no concelho.

A autarquia adiantou, em comunicado, que, por proposta do presidente Rui Ventura, o executivo “deliberou avançar o mais rapidamente possível com uma providência cautelar, de modo a impedir que o processo avance sem que a Câmara seja ouvida”.

“Além disso, o presidente da Câmara Municipal de Pinhel informou o executivo que irá desenvolver todos os esforços possíveis para travar este processo, sendo que também vai contactar os concelhos vizinhos que integram a área de designada ‘Massueime’, a saber Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Trancoso e Mêda, no sentido de unirem esforços e pedirem uma audiência, com caráter de urgência, ao ministro do Ambiente e da Ação Climática”.

A autarquia esclareceu que teve conhecimento, através da comunicação social, que o Governo pretende avançar, nos próximos 60 dias, com o procedimento concursal para atribuição de direitos de prospeção e de pesquisa de lítio.

O executivo municipal, reunido no dia 3 de fevereiro, “ma-

nifestou o seu profundo desagrado perante a veiculação desta notícia, através de uma Nota de Imprensa remetida pelo Gabinete do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, sem que a informação tenha sido previamente comunicada às entidades envolvidas e, em particular, à Câmara Municipal de Pinhel”.

Acrescentou que, atempadamente e no âmbito do processo de Consulta Pública, a autarquia “pronunciou-se contra o programa de prospeção e pesquisa de lítio no concelho, sendo que as 18 Juntas de Freguesia do concelho de Pinhel fizeram o mesmo”.

“Nessa altura, e na pronúncia realizada, a Câmara Municipal alegou que ‘esta ação, numa área tão vasta do concelho, teria sérios impactos económicos, sociais, turísticos, paisagísticos e ambientais’, além de que tudo indicava que ‘não foram e não estão acauteladas condições que garantam que o processo decorresse sem prejuízo para o concelho e para as gentes do concelho’”, lê-se.

Segundo a nota, o executivo municipal de Pinhel “mantém a sua posição e o seu entendimento perante o processo que visa a atribuição de direitos de prospeção e de pesquisa de lítio no concelho, que integra a área designada por ‘Massueime’, considerando que o processo está

a ser mal conduzido e que as populações e as entidades locais não estão a ser ouvidas e respeitadas”.

Para Rui Ventura, “é uma irresponsabilidade do Governo querer avançar desta forma com este procedimento concursal, sendo que o caso de Pinhel é particularmente grave porque a área abrangida representa cerca de 215 km², ou seja, perto de 40% da área total do concelho”.

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) em oito áreas com potencial de existência de lítio concluiu pela exclusão de Arga e Segura, e viabilizou a pesquisa e prospeção daquele mineral em seis zonas. A AAE viabilizou as áreas denominadas “SEIXOSO-VIEIROS”, que abrange os concelhos de Fafe, Celorico de Basto, Guimarães, Felgueiras, Amarante e Mondim de Basto, “MASSUEIME”, que atinge os municípios de Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Trancoso e Meda, “GUARDA-MANGUALDE C (Blocos N e S)”, que inclui Belmonte, Covilhã, Fundão e Guarda, “GUARDA-MANGUALDE E”, que abrange Almeida, Belmonte, Guarda e Sabugal, “GUARDA-MANGUALDE W”, que inclui Mangualde, Gouveia, Seia, Penalva do Castelo, Fornos de Algodres e Celorico da Beira, bem como “GUARDA-MANGUALDE NW”, área que inclui os municípios de Viseu, Sátão, Penalva do Castelo, Mangualde, Seia e Nelas.



CELORICO DE BASTO REABILITA TRÊS ANTIGAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS

A Câmara Municipal de Celorico de Basto está a recuperar antigas estações ferroviárias, encerradas na década de 1990, que estavam em ruína, incluindo a reabilitação de painéis de azulejos, a pensar no turismo.

“Nesta fase, estamos a ultimar uma intervenção mais vasta que diz respeito aos espaços edificados”, afirmou Peixoto Lima, dia 2 de fevereiro, destacando os trabalhos realizados na antiga estação de Mondim de Basto, situada em território de Celorico de Basto, na freguesia de Veade, no distrito de Braga.

“Esta estação [da Linha do Tâmega], quando aqui foi construída [1949], foi para servir as populações de Mondim de Basto [concelho vizinho, na margem esquerda do Tâmega], daí ter esta designação, que nós mantemos”, anotou o autarca.

Peixoto Lima, que falava junto ao edifício, destacou o trabalho de reabilitação de painéis de azulejos figurativos que cobrem as paredes exteriores e interiores daquela estação, considerada a mais bonita da antiga Linha do Tâmega.

Os painéis, maioritariamente azuis e brancos, retratam cenas do quotidiano das gentes de Basto, sobretudo da ruralidade, da primeira metade do século XX. Vários tinham sido destruídos, ao longo dos anos, por atos de vandalismo.

“Na realidade, infelizmente, os painéis de azulejos estavam completamente degradados em quase todas as estações, nesta particularmente. De todas elas, era onde os painéis de azulejos tinham e têm uma importância superior”, explicou.

O presidente da autarquia sinalizou o “muito cuidado” que houve “na reabilitação desse património, tendo sido investido bastante dinheiro [cerca de dois milhões de euros], de forma completamente justificada”.

Para realizar o trabalho foi contratada uma empresa especializada que, ao longo de vários meses, reabilitou os painéis, recuperando, com paciência, os existentes ou reproduzindo os que tinham desaparecido, com base em fotografias e desenhos.

“Grande parte dos azulejos foram recuperados no local, num processo demorado e minucioso”, reforçou o autarca, apontando para um dos painéis de grande dimensão.

Os trabalhos incluíram limpeza, restauro com aplicação de massas de preenchimento, reintegração cromática e verniz para preservar o material.

É na estação de Mondim que se encontram os painéis de maior valor, por serem figurativos e mais coloridos, enquanto nas duas restantes os azulejos são de formas geométricas, acrescentou.

Além daquele imóvel, o projeto incluiu à reabilitação das antigas estações de Codeçoso e Lourido, que também se encontravam em avançado estado de degradação devido a décadas de abandono.

O autarca recordou que o património recuperado “é de todos” e constituirá “mais um motivo de visita ao concelho”, nomeadamente à ecopista.

O autarca sinalizou que a câmara tem investido na recuperação do canal da antiga linha férrea (a circulação de comboios entre Amarante e Arco de Baúlhe foi encerrada em 1990), incluindo a estação da sede do concelho, já realizada há alguns anos, transformando-o numa ecopista, com equipamentos de apoio à prática desportiva e lazer.

Recentemente, foi terminado um troço de 4,5 quilómetros, na zona de Codeçoso, próximo do limite do concelho, com Amarante.

A ecopista conta com 24 quilómetros, a montante e a jusante da sede do concelho. Diariamente, é frequentada por praticantes de caminhadas, atletismo e cicloturismo, entre outras atividades, desfrutando das vistas para o monte da Senhora da Graça, para o rio Tâmega e para outros pontos de interesse da região de Basto.

A presente recuperação das três estações, incluindo das respetivas gares, permitirá criar espaços de apoio à ecopista, com balneários e albergues de alojamento.

“Esta ecopista é um projeto âncora para o turismo e bem-estar das populações. Em cada uma das estações é nossa intenção colocar um núcleo interpretativo com a história da linha e da ecopista, um espaço de promoção e venda de produtos locais, e um ponto de partida para o território”, informou Peixoto Lima, frisando ser intenção do município transformar o equipamento no melhor do género em Portugal.

Para breve está prevista a implantação, ao longo do canal, de obras de arte de artistas da região para embelezar a ecopista, seguindo o exemplo da estação de Celorico de Basto, onde foi montado um painel de azulejos preparado por alunos do concelho.

CÂMARA DE COIMBRA DEFENDE CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE GIRABOLHOS



O presidente da Câmara de Coimbra lançou um apelo ao próximo Governo para que complete as obras de regularização do rio Mondego, em particular a construção da barragem de Girabolhos, que considerou “fundamental” num contexto de seca.

“Fazemos um forte apelo ao próximo Governo para que complete as obras de regularização do rio Mondego com as verbas disponibilizadas no PRR [Plano de Recuperação e Resiliência], muito particularmente com a construção da barragem de Girabolhos, fundamental para reforçar as reservas nacionais de água, um bem estratégico e vital, e para prevenir as cheias do Mondego”, afirmou o presidente da Câmara de Coimbra, José Manuel Silva, que falava durante a reunião do executivo do município, na segunda-feira, 7 de fevereiro.

Recordando como as alterações climáticas agravam o risco de fenómenos extremos como secas ou inundações, José Manuel Silva recordou que a construção daquela barragem chegou a estar prevista no projeto da obra hidráulica de regularização do rio Mondego, sendo também “fundamental para a reserva estratégica nacional de água”.

“A barragem de Girabolhos, com as outras duas barragens desenhadas para montante da Agueira (Midões e Asse Dasse), permite duplicar a capacidade útil de regularização do Mondego e armazenamento de água, passando dos atuais 365 hectómetros cúbicos para 889”, sustentou o presidente da Câmara, eleito pela coligação Juntos Somos Coimbra.

Em 2019, a secção regional do Centro da Ordem dos Engenheiros defendeu que sem a construção da barragem de Girabolhos, cancelada em 2016, será “muito difícil” travar a repetição de cheias no Mondego.

José Manuel Silva sustenta que o Programa Municipal para as Alterações Climáticas é “um conjunto de boas intenções e de linhas sem métrica nenhuma”.

O programa com quase 200 páginas apresenta um plano de ação, no capítulo sete, enumerando várias medidas com linhas temporais definidas e datas-limite para implementação de diversas iniciativas e projetos.

MUNICÍPIO DE MÊDA AVANÇA COM CONSTRUÇÃO DE NOVA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

O município de Mêda, no distrito da Guarda, prevê iniciar este mês a construção da nova Área de Acolhimento Empresarial, uma obra considerada importante para o desenvolvimento do concelho, por permitir fixar novas empresas no território.

“Houve já a tramitação legal, houve o visto do Tribunal de Contas. Tecnicamente e daquilo que concerne à parte política, é para avançar hoje. Durante o mês de fevereiro vai arrancar”, anunciou o vice-Presidente da Câmara Municipal de Mêda, César Figueiredo.

Segundo o autarca, trata-se de uma obra que é falada “há duas décadas” e que é considerada importante para o concelho, pois permitirá dar condições de acolhimento a novos e a atuais empresários.

“É uma obra que já deveria ter começado há um ano, que já devia ter começado há meio ano, há três meses. E cada semana que passa acho que é um atraso, porque é uma realidade de que nós precisamos objetivamente para desenvolver o nosso concelho”, disse.

Embora haja uma litigância entre duas empresas concorrentes “que se acham as duas no direito de reclamar a zona industrial”, o executivo municipal entende que a obra “deve avançar quanto antes”, indicou o vice-presidente.

De acordo com César Figueiredo, no local onde a obra vai ser feita, no passado, foram depositados lixos e existem resíduos numa “lixreira a céu aberto”, o que obriga o município a lançar um concurso público, que terá um valor calculado entre 200 a 300 mil euros, “para fazer a triagem do resíduo existente”.

A nova Área de Acolhimento Empresarial de Mêda tem um total de 16 hectares de terreno e os resíduos ocupam entre quatro a cinco hectares.

A autarquia já decidiu “iniciar as obras onde é possível e, ao mesmo tempo, que será sempre num período de dois ou três meses, fazer a recolha dos resíduos”. “O contrato de adjudicação já foi assinado há um mês e, neste momento, estamos à espera somente que a empresa [vencedora do concurso] articule com essa necessidade de retirar os resíduos, para perceber em que local é que vamos começar e como é que vamos fazer com essa situação dos resíduos e com a recolha, porque queremos fazê-lo de uma forma correta”, explicou.

A futura Área de Acolhimento Empresarial terá “umas dezenas largas de lotes”, incluindo 16 de grande dimensão, que terão “capacidade de se ajustarem” às necessidades das empresas, referiu o vice-presidente do município de Mêda.

A obra está projetada para um terreno localizado junto da estrada que faz a ligação entre a cidade de Mêda e a aldeia de Ranhados. O investimento global é de 1,5 milhões de euros e regista uma comparticipação de 600 a 700 mil euros.

O projeto da nova Área de Acolhimento Empresarial de Mêda integra o loteamento, a abertura de acessos e de arruamentos e a instalação de várias infraestruturas, como redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais e pluviais, redes elétricas e de iluminação pública, de gás e telecomunicações e obras de integração paisagística.



MUNICÍPIO DE VAGOS AMPLIA REDE DE PISTAS CICLÁVEIS



O Município de Vagos tem em curso a ampliação das pistas cicláveis, estimando que fiquem concluídos, até ao final do ano, mais cerca de cinco quilómetros, de um projeto global que ronda os 2,5 milhões de euros.

Silvério Regalado, presidente da Câmara Municipal de Vagos, explicou que está a ser feito “um grande investimento no aumento das áreas de ciclovias”, com a construção de novas pistas e com a reconversão de estradas existentes, de forma a promover a utilização dos meios de mobilidade suave.

“Estamos a fazer um corredor à volta da Zona Industrial de Vagos, promovendo a ligação quer à Praia da Vagueira, quer à Escola Profissional de Agricultura e ao Centro Escolar da Gafanha da Boa Hora, e depois também da Zona Industrial à vila de Vagos”, revelou.

De acordo com o autarca deste concelho do distrito de Aveiro, são pouco mais de cinco quilómetros que deverão ter conclusão até a final do ano. Concluída está já uma pista na zona sul, desde Rines até Sanchequias, num trajeto com mais de oito quilómetros

“No fundo estamos a criar condições para que as pessoas possam ir de Vagos para a Zona Industrial e da Vagueira para a Zona Industrial e ainda da Vagueira até Vagos, posteriormente também chegando à zona escolar na vila”, referiu o autarca.

Silvério Regalado sublinhou que a autarquia pretende promover o uso da bicicleta, tanto para deslocações para o trabalho, como para as escolas. “Hoje, infelizmente não temos uma ligação ciclável desde Vagos até à Zona Industrial, por isso, quem se quiser deslocar para o trabalho, corre alguns riscos. Com isto, quisemos diminuir esses riscos de circulação”, acrescentou.

O presidente da Câmara de Vagos evidenciou ainda que os países do norte da Europa são os que mais utilizam a bicicleta, apesar de terem “condições climáticas e de deslocação muito mais difíceis”. “Se recuarmos no tempo, uns 20 ou 30 anos, toda a gente usava a bicicleta. Acho que é a altura de darmos esse passo, pois a orografia permite, as condições climáticas também e as condições de segurança cabe à autarquia criá-las”, alegou.

O projeto global de ampliação de pistas cicláveis representa um investimento de quase 2,5 milhões de euros, financiados a 85% por fundos comunitários. Inclui ainda um corredor que ligará a Zona Industrial de Vagos até ao nó da A17.

“Trata-se de uma ligação rodoviária, mas que tem também a componente de ciclovias. Contamos que toda esta cintura esteja terminada até ao final do mandato”, concluiu.

AÇORES PROMOVEM “ALTERAÇÃO CONSIDERÁVEL” DOS FUNDOS EUROPEUS



O Governo regional dos Açores vai promover uma “alteração considerável” na repartição de fundos estruturais, nomeadamente do FSE, passando-se de 344 milhões de euros para 450 milhões no Programa Operacional Açores (POA) 2030, revela o documento.

De acordo com a anteproposta do Programa Operacional Açores (POA) 2030 – divulgada no portal do Governo Regional –, a verba alocada através dos fundos FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e FSE (Fundo Social Europeu) para período de programação 2021-2027, ascende a 1.140 milhões de euros, sendo que “como primeiro traço marcante da alocação financeira do programa haverá a salientar uma alteração considerável na repartição de fundos estruturais”.

No quadro comunitário de apoio 2014-2020, o “peso relativo do montante alocado ao FSE no conjunto dos dois fundos estruturais era de 30,3%”, sendo que “no período de programação que se inicia a proporção é muito superior (39,5%)”, passando-se de uma dotação de 344 milhões de euros de FSE para 450 milhões de euros, ou seja, mais 106 milhões de euros.

No caso específico do FEDER, no período 2014-2020, o seu “peso relativo no conjunto dos dois fundos estruturais” era de 69,7%, sendo que no POA 2030 “a proporção é consideravelmente inferior (60,5%)”.

Em termos nominais, passa-se de uma dotação de 793 milhões de euros de FEDER, para 690 milhões de euros, ou seja, “verifica-se uma redução na dotação de 103 milhões de euros”, segundo a anteproposta do POA 2030.

O Programa Operacional Açores (POA) 2030 elege como objetivo político promover o desenvolvimento económico, a investigação, a inovação e a digitalização, a susten-

tabilidade ambiental e estratégias para a coesão social, que representam 85% da dotação global.

O documento, no capítulo da promoção do desenvolvimento económico, aposta na “competitividade, a atração de investimento externo, a criação de emprego qualificado e a fixação de populações no território do arquipélago dos Açores, através da especialização inteligente, da investigação e da inovação”.

Pretende-se desenvolver estratégias para a coesão social, “com as pessoas em primeiro lugar, aumentando os níveis de escolaridade e formação profissional, diminuindo os níveis de abandono escolar, o acesso universal e generalizado a cuidados de saúde, à proteção social e o acesso à cultura”.

O executivo açoriano pretende investir na mobilidade como “pilar fulcral da competitividade e coesão económica e social de todo o território dos Açores, contribuindo para a integração nas redes internacionais e para projeção dos Açores no mundo”.

O Governo dos Açores prevê ainda no POA “promover a sustentabilidade ambiental, a resiliência às alterações climáticas, a prevenção de riscos, a produção energética a partir de fontes endógenas e sustentáveis e a proteção dos ecossistemas regionais, em articulação com o desenvolvimento da economia do setor primário”.

A promoção da digitalização e a “proximidade da administração pública nas suas interações com os cidadãos e com as empresas, através da desmaterialização e da desburocratização” constitui outra das metas.

O presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, esteve na semana passada a ouvir parceiros sociais, forças vivas da sociedade e partidos políticos, visando recolher contributos para o POA 2030.

RETIRAR OS AÇORES DA “CAUDA” DOS INDICADORES SOCIAIS

O líder parlamentar do PSD/Açores afirmou que retirar a Região dos piores indicadores sociais do país e da Europa, apostando na Educação, promover a qualidade de vida e criar riqueza devem ser as grandes prioridades do Programa Operacional Açores 2030.

A mensagem foi deixada por João Bruto da Costa, dia 5, numa audiência com o presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, realizada no Palácio de Sant’Ana, que contou também com a presença do vice-Presidente do grupo parlamentar social-democrata António Vasco Viveiros.

A “convergência social” entre os Açores e o resto do país, acompanhada por um princípio de equidade de cidadania, é o ponto chave na execução do próximo quadro financeiro da União Europeia, que prevê uma verba de 1140 milhões de euros para o arquipélago, dos quais 561 milhões de euros se destinam à qualificação das pessoas, “valor que demonstra bem a aposta do Governo Regional nos açorianos”, realça João Bruto da Costa.

“Este é o verdadeiro desafio da década: o combate à pobreza e retirar os Açores da cauda dos indicadores sociais do país e da Europa”, considerou.

O líder parlamentar social-democrata defende que a Educação constitui o “verdadeiro desafio para década no combate à pobreza”, a par do investimento nas pessoas e capacitação empresarial, três pilares fulcrais em que assenta o Programa Operacional Açores 2030, sendo por isso importante o “envolvimento do Estado”.

GOVERNO DOS AÇORES REITERA COMPROMISSO DE REPOSICIONAMENTO DE CARREIRAS NA SAÚDE

O Secretário Regional da Saúde e Desporto dos Açores garantiu o reposicionamento, no prazo previsto, das carreiras na Saúde, tendo já solicitada os mapas de pessoal para "avaliar o impacto financeiro das valorizações remuneratórias", informou o executivo.

Numa nota publicada na página na Internet, dia 2 de fevereiro, o Governo dos Açores refere que o secretário Regional da Saúde e Desporto, Clélio Meneses, reitera o compromisso de dar cumprimento às "legítimas" reivindicações dos profissionais das carreiras gerais e das carreiras não revistas, "em absoluta observância da calendarização definida".

Clélio Meneses, citado na mesma nota, disse ter sido solicitada aos respetivos serviços, no dia 5 de janeiro, remessa dos mapas de pessoal "por forma a avaliar o impacto financeiro das valorizações remuneratórias das referidas carreiras".

Em 10 de Dezembro de 2021, os sindicatos e o Governo Regional consensualizaram no reposicionamento dos trabalhadores na nova posição remuneratória com efeitos desde 1 de janeiro de 2022.

"Foi também consensual que, até ao fim do primeiro trimestre de 2022, serão concluídos os processos de levantamento das tabelas nominais referentes aos trabalhadores abrangidos, bem como ao apuramento da contagem de pontos e, finalmente, ao impacto financeiro relativo aos retroativos dos créditos laborais", lê-se na mesma nota.

Ficou também acordado o pagamento das remunerações até ao final do primeiro semestre, de acordo com o reposicionamento remuneratório operado, com efeitos a 1 de janeiro de 2022.



"Posteriormente, serão pagos os valores correspondentes aos retroativos dos créditos laborais, de acordo com o disposto nas Convenções Coletivas de Trabalho números 24/2020 e 25/2020, ambas de 25 de novembro, com início no momento acima referido", explica a Secretaria Regional da Saúde.

Na semana passada, a Ordem dos Enfermeiros nos Açores revelou ter enviado à Secretaria Regional da Saúde e Desporto um memorando sinalizando pontos "a corrigir com urgência" ao nível do reposicionamento na carreira e contagem de tempo de serviço.

MAIS DE 1900 FAMÍLIAS AÇORIANAS BENEFICIÁRIAS DE INCENTIVO AO ARRENDAMENTO



Um total de 1939 famílias nos Açores vão ser apoiadas mensalmente no pagamento da renda durante um ano, no âmbito do Incentivo ao Arrendamento, num "investimento mensal na ordem dos 288 mil euros", anunciou o Governo Regional.

Numa nota publicada no site na Internet do executivo de coligação, a vice-presidência do Governo Regional informa que a Direção Regional da Habitação publicou as listas definitivas dos beneficiários de Incentivo ao Arrendamento para este ano "prevendo-se um investimento em cerca de 3,5 milhões de euros".

Do total das candidaturas apresentadas "foram admitidas 1939 famílias que passarão a usufruir de um apoio mensal ao pagamento da renda durante 12 meses, o que representa um investimento mensal na ordem dos 288 mil euros".

Estas 1939 famílias representam "um universo de 4.860 pessoas". "Cerca de 31,6% são famílias jovens e 33,5% são famílias monoparentais, dos quais, 9,5% do total dos agregados, apresentam ambas as condições", acrescenta.

A vice-presidência adianta ainda que, relativamente aos beneficiários de 2021, se verifica "um aumento de 1867 para 1939 famílias".

O Governo dos Açores prevê que o início do pagamento das mensalidades destes apoios "decorra a partir de 8 de fevereiro". Este programa permite efetuar o pedido

de incentivo ao arrendamento de prédios ou de frações autónomas para residência permanente.

O incentivo é concedido sob a forma de subvenção mensal, não reembolsável, aos agregados familiares que reúnam as condições de acesso, pelo período de um ano, podendo ser renovado por igual período, até ao máximo de quatro renovações consecutivas.

PSD DE PRAIA DA VITÓRIA ENALTECE TRABALHO DA NOVA GESTÃO DA CÂMARA



A Comissão Política Concelhia do PSD/Praia da Vitória elogiou, dia 2, “o esforço com que a nova equipa camarária, liderada por Vânia Ferreira, está a trabalhar, para mitigar os constrangimentos de cerca de 35 milhões de euros de dívidas, herdadas da anterior gestão socialista”.

Em comunicado, os social-democratas lamentam que os vereadores do Partido Socialista “mintam aos praienses, veiculando declarações e notícias relativas aos apoios para as instituições do concelho que não são verdade”, diz a concelhia presidida por César Toste.

“O atual executivo tem procurado, desde que entrou em funções, o equilíbrio financeiro entre apoiar as forças vivas da Praia da Vitória e pagar a pesada herança deixada pelos socialistas que ascende a cerca de 35 milhões de euros de dívidas”, explicam.

“É muito fácil prometer e deixar as dívidas para os outros pagarem”, afirma o PSD/Praia da Vitória, frisando que, no âmbito do Regulamento “Cooperar e Desenvolver”, que apoia as instituições do concelho, “o Partido Socialista deixou por pagar mais de metade dos apoios atribuídos às instituições em 2021”.

E explicam que “a verba inscrita no orçamento do ano de 2022 pretende pagar esses compromissos assumidos e não cumpridos”, sendo que se trata “de mais um exemplo da gestão desastrosa do Partido Socialista, e que deveria servir de reflexão aos vereadores daquela força partidária”, acrescentam.

“Apoiar as instituições da Praia da Vitória é um propósito da atual Câmara Municipal, que tem analisado cada pedido e promovido o diálogo, no sentido de averiguar as reais necessidades de cada uma delas”, garantem os social-democratas.

“A atual gestão da Câmara Municipal tem-se pautado por uma atitude responsável e prudente, ao contrário do que mostrou o Partido Socialista, prometendo sem ter dinheiro para cumprir”, diz a concelhia praiense.

Assim, “o PSD da Praia da Vitória estará ao lado das decisões que defendam a saúde financeira do Município, salvaguardando o presente e o futuro de todos os praienses. Será necessário um esforço de todos para reerguer a nossa cidade, em parceria com todas as nossas instituições”, concluem.

PROGRAMA OCUPACIONAL AÇORIANO PRIORIZA PESSOAS COM MAIS DE 55 ANOS OU DEFICIÊNCIA

O Governo dos Açores anunciou, dia 2, que o Prosa.Qualifica, programa ocupacional dedicado aos desempregados com “fragilidades sociais”, vai passar a dar “prioridade” às pessoas com mais de 55 anos ou portadoras de incapacidades.

Numa conferência de imprensa realizada em Ponta Delgada, o secretário da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego do Governo dos Açores, Duarte Freitas, advogou que a região está “a sair de um momento de crise económica para um momento onde o mercado começa a dar fortes sinais” de crescimento.

Defendendo que o executivo açoriano pretende centrar o Prosa.Qualifica “naqueles que efetivamente precisam”, Duarte Freitas revelou que as “pessoas com mais de 55 anos e portadoras de deficiência serão a prioridade” do programa.

“Para este público que pretendemos defender, o novo Prosa.Qualifica tem uma duração inicial de doze meses, com direito a um mês de descanso, prevendo-se a prorrogação por mais doze meses, havendo ainda a possibilidade de sequencialidade na mesma entidade”, declarou.

O programa vai ter também maior “flexibilidade nos períodos da candidatura”, que vão passar a ser “determinados por despacho”, onde vão ser definidos “os destinatários abrangidos”, o “número de vagas” e os “critérios de atribuição”.

“As pessoas com mais de 55 anos ou que tenham deficiência queremos protegê-las mais. Portanto, em vez de ficarem um ano apenas e depois irem para outro programa ou inventa-se outro programa, para esse tipo de público permitimos dois anos e permitimos a sequencialidade”, destacou.

A todas as outras pessoas, “não é permitida a sequencialidade” na empresa, nem a “prorrogação por mais um ano” do programa, sendo “mantida a formação” ao longo do período.

“As pessoas que têm menos de 55 anos e que não tenham fragilidades evidentes, o que vamos tentar fazer é colocá-las no mercado de trabalho. Se tiverem fracas competências, podem ter formação para ganhar competências e irem para o mercado de trabalho”, afirmou.

Segundo as normas em vigor, o Prosa.Qualifica destina-se aos “desempregados com baixa empregabilidade”, com “idade igual ou superior a 45 anos”, aos “beneficiários do Rendimento Social de Inserção”, aos “indivíduos com deficiência”, aos “indivíduos com

problemáticas sociais” e a jovens até aos 30 anos “à procura do primeiro emprego” e que tenham tido “necessidades educativas especiais”, lê-se na página online do portal do emprego dos Açores.

Na mesma página, informa-se que, atualmente, “os projetos têm a duração inicial de doze meses, podendo ser prorrogados por mais seis meses”.

Duarte Freitas observou que, das 1700 vagas previstas para 2021, foram colocadas 800 pessoas naquele programa, “pouco mais da metade”. O Prosa foi criado em 1997 pelo Governo Regional. O atual executivo, liderado pelo social-democrata José Manuel Boliheiro, alterou o programa para Prosa.Qualifica, para reforçar o caráter formativo do programa.



MADEIRA INVESTE SEIS MILHÕES DE EUROS EM SISTEMA DE ALERTA DE RISCOS NATURAIS



A Madeira vai investir 6 milhões de euros até 2025, para completar o Sistema Integrado de Monitorização e de Alerta de Riscos Naturais, indicou o Governo Regional, referindo que se trata de um projeto “inovador”.

“O investimento será financiado por fundos comunitários e através de verbas próprias do Governo, porque é um investimento fundamental”, revelou o chefe do executivo madeirense, Miguel Albuquerque, durante uma visita ao Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC), no Funchal, entidade responsável pelo projeto, dia 7 de fevereiro de 2022.

O Sistema Integrado de Monitorização e de Alerta de Riscos Naturais, cuja primeira fase, orçada em 3 milhões de euros, já foi implementada, permite avaliar em tempo real os níveis de perigo associados a fogos florestais e à ocorrência de inundações, derrocadas e aluviões em condições climáticas adversas ou de precipitação prolongada.

Diversas câmaras de videovigilância permitem visualizar as condições dos escoamentos fluviais nas ribeiras já monitorizadas e avaliar riscos de galgamento de margens e de inundação, estando o sistema equipado também com um outro conjunto de câmaras comandadas por via remota para televigilância de áreas florestais.

“É um projeto inovador, que está na vanguarda no que diz respeito à deteção e prevenção destes dois tipos de risco, onde a Madeira tem particulares vulnerabilidades”, disse Miguel Albuquerque, sublinhando que o objetivo passa por integrar no sistema o Serviço Regional de Proteção Civil e as onze câmaras municipais da região autónoma.

Apesar de parcialmente funcional, o Sistema de Monitorização e de Alerta de Riscos Naturais só deverá ficar concluído em 2025, após um conjunto de investimentos na ordem dos seis milhões de euros.

Atualmente, apenas dois municípios – Funchal e Ribeira Brava – estão cobertos por câmaras de televigilância para controlo dos escoamentos fluviais, ao passo que a deteção remota e a televigilância de fogos abrange áreas florestais na Calheta, Porto Moniz, Ponta do Sol, São Vicente e Funchal.

Na vertente da água, o sistema indica os locais de risco através de uma plataforma gráfica e informa, a cada momento, o estado das diversas variáveis geofísicas que interessam à quantificação dos riscos.

Já na componente da vigilância dos fogos florestais, avalia em tempo real o nível de probabilidade da ocorrência de incêndios em qualquer ponto da ilha da Madeira em função das condições meteorológicas, deteta autonomamente os pontos de ignição nas áreas sob vigilância e posiciona as respetivas coordenadas geográficas na mesma plataforma gráfica.

CONVOCATÓRIAS DO PSD**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**DISTRITAIS****CASTELO BRANCO**

Ao abrigo do Art.º 41º. dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital, para uma reunião a realizar no dia 23 de fevereiro (quarta-feira) de 2022, pelas 20H30, no Auditório do IPDJ de Castelo Branco, sita na Rua Doutor Francisco Palmeiro, em Castelo Branco.

ORDEM DE TRABALHO

- 1: Análise dos Resultados das Eleições Legislativas 2022;
- 2: Outros assuntos.

LISBOA AO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Lisboa Área Oeste para reunir, no próximo dia 12 de março, (sábado) pelas 21H00, em todas as Sedes de Secção, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Distritais

1. Mesa da Assembleia Distrital
2. Comissão Política Distrital
3. Conselho de Jurisdição Distrital
4. Comissão Distrital de Auditoria Financeira
5. Delegados de Secção à Assembleia Distrital

Locais de votação e entrega de listas

Alenquer – Sede do PSD – Rua Gago Coutinho, n.º 36 R/c
Arruda dos Vinhos – Sede do PSD – Av. Timor Lorosae, n.º 17 (junto à rotunda dos Bombeiros)

Cadaval – Sede PSD – Rua D. Fernando, n.º 12

Lourinhã – Sede PSD – Rua Eng.º Adelino Amaro da Costa, n.º 4 cave

Sobral de Monte Agraço – Sede do PSD - Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral, nº 9 1º Dto

Torres Vedras – Sede do PSD – Rua 9 de Abril, n.º 1 – 3º

Notas: As listas candidatas (1,2,3,4 da ordem de trabalhos) devem ser entregues na sede Distrital, sita na Rua 9 de Abril, n.º 1 – 3º, Torres Vedras, ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (terça-feira, dia 8). A sede encontra-se aberta para esse efeito das 22H00 até às 24H00.

As listas candidatas a Delegados de Secção devem ser entregues, na sede respetiva, ao Presidente da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, igualmente até às 24H00 do dia 8 de março.

As urnas estarão abertas em todas as Secções das 21H00 e as 23H00.

LISBOA AO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Área Oeste, para reunir no próximo dia: 21 de fevereiro (segunda-feira), pelas 21H30, Via ZOOM, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Votação do orçamento para 2022;
2. Discussão e aprovação de relatório e contas de 2021;
3. Análise da situação política.

SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos convoco a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no próximo dia 25 de fevereiro de 2022, (sexta-feira), pelas 21H00, no Cine Teatro São João, sita na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em Palmela, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Ratificação das Contas de 2021;
3. Apreciação e eventual aprovação de orçamento para 2022;
4. Análise da Situação Política.

SECÇÕES**ALMADA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e regulamentos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para o próximo dia 16 de fevereiro (quarta-feira), pelas 21H00 na Sede, sita na Rua da Liberdade n.º 38 A em Almada com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1- Informações;
- 2- Apresentação e Votação do Relatório de Contas de 2021;
- 3- Apresentação e Votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2022;
- 4- Análise da Situação Política.

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e nos termos do disposto pelo art. 54º, convoco os militantes da Secção de Castelo Branco, para reunir em Assembleia de Secção Ordinária, no próximo dia 4 de março (Sexta-feira) de 2022, pelas 20H30, na Sede do PSD de Castelo Branco, sita na Rua Prior de Vasconcelos, nº34, em Castelo Branco, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise dos resultados eleitorais das Eleições Legislativas;
 2. Análise da situação política;
 3. Outros Assuntos.
- Nos termos do disposto pelo art. 69º dos Estatutos, se, à hora marcada para o início da reunião da Assembleia não se verificar a presença de mais de metade dos militantes da Secção, o número de militantes necessário para o preenchimento do quórum exigido, a reunião terá início trinta minutos depois, com o número de militantes presentes.

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD da Guarda, a reunir no próximo dia 26 de março (sábado) de 2022, às 14H00, na Sede Distrital do PSD, sita na Rua Marquês de Pombal, nº 3, 2º, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
 2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.
- Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. O ato eleitoral realizar-se-á no período compreendido entre as 14H00 e as 19H00.

NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Nazaré, para reunir no próximo dia 19 de fevereiro (sábado) de 2022, pelas 16H00, na sua Sede sita na Av. de Badajoz nº 29, na loja 9, 1º, Nazaré com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos de interesse.

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

De acordo com os Estatutos Nacionais e demais Regulamentos, convoca-se ordinariamente a Assembleia da Secção de Oliveira de Azeméis, a reunir no próximo dia 18 de fevereiro (sexta-feira) de 2022, pelas 21H00 na Sede do PSD de Oliveira de Azeméis, sita na Rua Soares Basto, 150 A com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PPD/PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Palmela para reunir, no dia 17

de fevereiro (quinta-feira) de 2022, pelas 21H00, na Sede do PSD Distrital de Setúbal, sita na Rua Santa Maria, nº 18, Loja, Setúbal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
- Apresentação, discussão e votação das contas anuais de 2021;
3. Análise da situação política.

PÓVOA DE LANHOSO

Nos termos dos Estatutos do PSD - Partido Social Democrata, convoca-se os militantes da Secção da Póvoa de Lanhoso para se reunirem em Assembleia de Secção, no dia 25 de fevereiro (sexta-feira) de 2022, às 21H00, na sede concelhia, sita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva, nº 1, 4º Esquerdo, na Póvoa de Lanhoso, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação e votação do Relatório de Contas do ano 2021;
2. Apresentação e votação do Plano de Atividades e do Orçamento para o ano 2022;
3. Informações e análise da situação política.

Nota: Se à hora marcada para o início dos trabalhos não estiver presente a maioria dos militantes da Secção, a Assembleia começará meia hora mais tarde com os militantes presentes.

POVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes desta Secção, para reunir no dia 12 de março (sábado) de 2022, das 14H00 às 19H00, sita na Praça do Almada, 7-Escritório 1, na Póvoa de Varzim, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa do Plenário.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua, até às 24H00 do dia 9 de março de 2022.

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Sobral de Monte Agraço, para reunir no próximo dia 12 de março (sábado) de 2022, pelas 21H00, sita no Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral, nº 9 – 1º Dto com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estão abertas das 21H00 às 23H00.

VALE DE CAMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Vale de Cambra, para reunir no próximo dia 19 de fevereiro (sábado) de 2022 às 14H30 na Sede do partido, sita na Avenida Camilo Tavares de Matos - 352 1º Dto, Vale de Cambra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação das contas da campanha para Autárquicas de 2021;
2. Apresentação das contas da Comissão Política da Secção no anterior mandato de 2020/2021;
3. Apresentação da atividade desenvolvida até ao momento pela atual CPS;
4. Análise da situação político-partidária.

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 18 de fevereiro (sexta-feira), às 21H00, no Auditório da Fundação Cupertino de Miranda, sita na Praça D. Maria II, em Vila Nova de Famalicão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



VI CONSELHO DISTRITAL DA GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco o VI Conselho Distrital do mandato 2020/2022 para reunir no próximo dia 20 de fevereiro de 2022, pelas 16h30m, na sede do PSD Concelhio de Vila Nova de Foz Côa, sita Praça da República, Edifício Sacadi, Loja 6 5150-677 Vila Nova de Foz Côa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política distrital e nacional;
- 2 – Apresentação e aprovação do Calendário e do Regulamento Eleitoral do VI Congresso Distrital da JSD da Guarda;
- 3 – Outros assuntos.

CONSELHO DISTRITAL DE VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Distrital de Vila Real para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 19 de fevereiro 2022, com início pelas 14.30 horas, na sede do PSD Alijó, sita na Rua Cimo da Vila, Lote 5 – Loja Esquerda 5070 -0 71 Alijó, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política local, distrital e nacional;
- 2 – Planos e estratégias futuras da JSD Distrital de Vila Real;
- 3 – Outros assuntos.

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário concelhio de Barcelos, para dia 25 de Fevereiro de 2022, pelas 21:30 horas, no Salão Paroquial de Martim, sita na Rua Santa Maria de Martim, nº1638, 4755-305 Barcelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise dos resultados das eleições legislativas;
- 2 – Análise da situação política local e nacional;
- 3 – Aprovação do orçamento e relatório de atividades para 2022;
- 4 – Debate temático “Que caminhos para o património cultural de Barcelos”;
- 5 – Outros assuntos;

Nota: Será obrigatório o uso de máscara e caneta própria, assim como a desinfecção das mãos à entrada do local. Para efeito será disponibilizado gel desinfetante a todos os presentes, garantindo o cumprimento das normas de recomendação da DGS.

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Marco de Canaveses, para reunirem no dia 12 de Março de 2022, pelas 14h00, na sede do PSD Marco de Canaveses, sita no Largo Sacadura Cabral, n.º 10, 4630-209 Marco de Canaveses com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD Marco de Canaveses.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 14.00 horas e as 16.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso da JSD Distrital do Porto ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

OVAR

Ao abrigo dos termos do Artigo 71º nº2 dos Estatutos da Juventude Social Democrata, são convocados todos os militantes da JSD Ovar para reunir em Plenário de Militantes Concelhio, no dia 19 de fevereiro de 2021, pelas 10h00, na Sede da Secção de Ovar do Partido Social Democrata, sita na Rua Ferreira de Castro, 84 1ºEsq - Ovar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação da ata do Plenário de Militantes Concelhio de 29 de

outubro de 2021.

- 2 – Atividades da JSD Ovar.
- 3 – Análise da situação política e dos resultados eleitorais correspondentes às eleições legislativas.
- 4 – O futuro da direita em Portugal.
- 5 – Outros assuntos.

Notas:

Será obrigatório o uso de máscara e caneta própria, assim como a desinfecção das mãos à entrada do local. Será disponibilizado gel desinfetante a todos os presentes e garantido o cumprimento das normas de recomendação da DGS.

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da Póvoa de Varzim, para reunirem no dia 12 de Março de 2022, pelas 14h00, na sede do PSD Póvoa de Varzim, sita na Praça do Almada, n.º 7, escritório 1, 4490-438 Póvoa de Varzim, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD Póvoa de Varzim.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 14.00 horas e as 19.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso da JSD Distrital do Porto ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário concelhio da JSD Concelhia de Santa Maria da Feira, para o dia 18 de Fevereiro de 2022, pelas 21:30 horas, na Sede do PSD Santa Maria da Feira sita na Rua dos Descobrimentos nº1616, 4520-201 em Santa Maria da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Balanço de atividades da comissão política concelhia;
- 2 – Análise da situação política atual e balanço das eleições autárquicas e legislativas;
- 3 – Outros assuntos.

NÚCLEO DE MARTIM - BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD da Freguesia de Martim da concelhia de Barcelos, a reunirem dia 12 de Março de 2022, pelas 18:00 horas, no Salão Paroquial de Martim, sita na Rua Santa Maria de Martim, nº1638, 4755-305 Barcelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo da Freguesia de Martim.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD Concelhia de Barcelos, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23:59 horas, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

No dia da eleição as urnas vão estar abertas entre as 18:00 horas e as 20:00 horas.

Será obrigatório o uso de máscara e caneta própria, assim como a desinfecção das mãos à entrada do local. Para efeito será disponibilizado gel desinfetante a todos os presentes, garantindo o cumprimento das normas de recomendação da DGS.

NÚCLEO DE SÃO JOÃO DE VER

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Plenário Eleitoral da JSD de Santa Maria da Feira a reunir no dia de 12 de Março de 2022 (sábado), das 14:30 as 16:30 no Salão Nobre da Junta de Freguesia de São João de Ver: Rua da Estação, nº 500, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Mesa de Plenário do Núcleo Residencial da JSD São João de Ver

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede da JSD Santa Maria da Feira, na sita Rua Dos Descobrimentos no 16, Santa Maria da Feira respeitando as normas e Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD. O ato eleitoral decorrerá entre as 16 horas e as 18 horas.



I CONSELHO NACIONAL 2022

Nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco o Conselho Nacional para uma reunião no próximo dia **19 de fevereiro, sábado, às 16h, no Auditório São Bento Meni**, sito na **Avenida Paulo Felisberto, 205**, na cidade de **Barcelos**, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto 1 – Nos termos da alínea *i)* do n.º 2 do artigo 18.º dos Estatutos, aprovação do orçamento para o ano de 2022 e da repartição das receitas pelas instâncias do Partido.

Ponto 2 – Análise dos resultados das eleições legislativas e da situação política e decisão sobre processo eleitoral para os órgãos nacionais do Partido.

Lisboa, 8 de fevereiro de 2022

O Presidente da Mesa do Congresso

(Paulo Mota Pinto)